



O CEEJA COMO CAMPO DE RESISTÊNCIA

João Paulo Francisco de Souza

Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). E-mail: joaopaulo.unesp@gmail.com

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

EIXO 1: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

A presente reflexão surge motivada pela necessidade de trazer algumas ideias acerca da ação educativa desenvolvida em uma escola pública da Educação de Jovens e Adultos, da rede estadual de ensino, da cidade de Marília (SP), como prática pedagógica dialógica na perspectiva da educação como direito humano fundamental, em acordo com a VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA).

Segundo Mészáros (2008), “a superação positiva da alienação é tarefa educacional que exige uma revolução cultural radical para ser colocada em prática”. Portanto, apresentaremos a escola CEEJA de Marília como horizonte de aprendizagem com base em ações e reflexões em torno de dinâmicas de tratamento igualitário e de não discriminação, bem como alternativa positiva em direção a uma aprendizagem necessária e acessível a homens e mulheres que agora tem novamente o direito de estudar ao longo da vida.

O CEEJA, Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, referência estadual paulista em educação de ensino de presença flexível e atendimento individualizado, é regido especialmente pela Resolução SE 77, de 06 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs. Tomando como base alguns princípios do Círculo de Bakhtin, buscaremos refletir à luz dos conceitos de dialogismo e sua relação com os direitos humanos, diante do aluno até então excluído do espaço escolar e que, no CEEJA, tem uma nova oportunidade de estudo.



Não pretendemos, neste momento, apresentar profunda e sistematicamente toda a reflexão,¹ mas só o recorte de algumas observações já realizadas na unidade escolar citada, apresentando características distintas de relações dialógicas existentes na esfera da proximidade professor-aluno e sua relação com a educação como direito público subjetivo. Vale ainda ressaltar que esta reflexão pode se tornar mais representativa uma vez que também a fazemos na condição não só de pesquisador, mas de Professor Coordenador Pedagógico desta escola, ou seja como observador participante, o que possibilita uma referência mais ampla dentro de todo o processo de interação dos sujeitos sociais em análise.

Com o desenvolvimento de ações educativas como as apresentadas o CEEJA pode ser considerado um espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, justamente por seus objetivos e práticas serem coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos. O desenvolvimento de atividades de práticas de leitura e produções textuais em todas as disciplinas ultrapassaram os limites da escola, trazendo à tona seu caráter coletivo, democrático e participativo, em espaços marcados pela responsabilidade.

Nesta escola, observamos que o acesso ao ensino para a cidadania e oportunidade da convivência com a diversidade cultural e ambiental foram incorporadas ao currículo escolar no contexto da interação social, cultural e ambiental alicerçada em várias áreas do conhecimento, de modo que o projeto político-pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e as avaliações vão ao encontro da educação em direitos humanos.

Assim, desenvolver a consciência do mundo vivido, propiciando aos sujeitos a autonomia na aprendizagem e a contínua transformação, inclusive nas relações pessoais e sociais tornam-se como instrumentos valiosos para se alcançar fins solidários, conciliando direitos individuais com responsabilidades interpessoais e coletivas, numa educação pautada em sólidos valores altruístas, no intuito de construir a igualdade.

Isso também pode ser observado pelo acesso a exposições culturais diversas em diferentes situações comunicativas, onde houve o desenvolvimento da sensibilidade, valorizando a cidadania da comunidade escolar através, inclusive, da realização de um sarau na escola, onde se reuniu em um só evento todos os resultados alcançados.

Dessa forma, o respeito ao ritmo de estudo desse aluno, como aparece na Resolução SE 77/2011, permite o desenvolvimento da autonomia de estudos e ao mesmo tempo uma relação dialógica rica entre professor e aluno. Acreditamos que a possibilidade de interação diferenciada entre os sujeitos do aprender constitui importante fator de sucesso na aprendizagem do aluno trabalhador.

O professor - como agente de transformação e inclusão social, e o aluno - aquele que busca não apenas a certificação, mas o reconhecimento como sujeito do conhecimento e da aprendizagem, são atores de um contexto de experiência pessoal imediato, que ao invés de dificultar a relação discursiva, como temos visto no ensino regular tradicional, facilita as estratégias de ensino e contribui para superar o controle da atividade discursiva de aprendizagem.

¹Tal aprofundamento está sendo realizado em nossa pesquisa em nível de doutorado.



O confronto de culturas e singularidades se dá em nível discursivo, que como aqui observamos, exige do professor o domínio do discurso diante da constante alteridade encontrada nos diferentes agentes da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Neste universo de interações dialógicas as diferentes realizações discursivas, em especial a orientação ou atendimento individualizado, encontra representação única a cada ideia discutida e posicionamento do aluno diante da aprendizagem e sua verificação imediata.

Também observamos, por intermédio da pesquisa-ação, que a forma de comunicação interativa do CEEJA favorece o avanço da aprendizagem e encontra resposta nos questionamentos e necessidades do aluno trabalhador. A cada orientação, o professor se reporta às suas experiências e conhecimento de causa para reverter o quadro de pluralidade de culturas instauradas no universo escolar.

O aluno do CEEJA, por sua vez, no bojo dos diálogos, a cada presença na escola, pode rever posicionamentos na sua vida pública, filosófica, artística, entre outras. A passagem do gênero discursivo primário (que acontece no primeiro momento da orientação didática) para o gênero discursivo secundário (no momento em que o aluno passa a escrever, pesquisar e resolver os questionamentos levantados pelo professor e o currículo estudado) efetiva a qualidade do diálogo interativo. Assim, a vida cotidiana desse aluno passa a ganhar potência na esfera dos estudos mais acadêmicos.

As infinitas possibilidades discursivas criam elos afetivos na relação professor-aluno, trazendo à tona elementos culturais que são absorvidos e muitas vezes assimilados, transformando a cada encontro professor e aluno. Na mesma direção, o discurso constitui unidade aberta em que a cultura alheia se completa, podendo refletir ou refratar, mas que sempre traz experiências culturalmente ricas.

Nesse sentido, o conhecimento construído a partir do encontro individualizado - e não individual, é importante ressaltar - bem como a partir de referências constituídas nas interações e trocas simbólicas entre professor e aluno permitem o desenvolvimento do currículo e traz sempre novos significados dos sujeitos e do mundo, que a todo momento se constrói, destrói e reconstrói, como aponta Valdemir Miotello (2006): “Se poderá então dizer – o mundo sempre novo, que se dá na ressurreição plena de todos os sentidos”.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos; CEEJA; Relações dialógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem; problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: —. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996.
- GERALDI, J.W. Sobre a questão do sujeito. In: Paula, L. DE; STAFUZZA, G. (orgs.) *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.



ALFAEJA

II Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

GERALDI, J.W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: Brait, B. *Bakhtin: conceitos-chave* (org.). São Paulo: Contexto, 2006.

ONG Ação Educativa. Censo Escolar 2013: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos registra queda de 20%. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/50-educacao-de-jovens-e-adultos/10004807-censo-escolar-2013-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-registra-queda-de-20->>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RESOLUÇÃO SE 77, 06 dez. 2011. Disponível em http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/77_11.htm. Acesso em 28 fev. 2013.